



**RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES  
CONEXAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**

**2020**

---

## Índice

1.	Introdução.....	4
2.	Equipa responsável pela monitorização do PGRIC do IPCA.....	5
3.	Análise da execução do PGRIC do IPCA.....	5
4.	Apresentação de alterações e recomendações ao PGRIC do IPCA .....	18
5.	Conclusão.....	18

---

## LISTA DE SIGLAS

ADSE – Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública

CPA – Código de Procedimento Administrativo

CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção

CPCIPCA – Comissão de Prevenção da Corrupção do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

CRP – Constituição da República Portuguesa

CTESP – Cursos técnicos superiores profissionais

DA – Divisão Académica

DAF – Divisão Administrativa e Financeira

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior

DRH – Divisão de Recursos Humanos

DSI – Divisão de Sistemas de Informação

ECPDESP – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

ESD – Escola Superior de Design

ESG – Escola Superior de Gestão

ESHT – Escola Superior de Hotelaria e Turismo

EST – Escola Superior de Tecnologia

ETESP – Escola Técnica Superior Profissional

GACI – Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

GAGI – Gabinete de Aquisições e Gestão de infraestruturas

GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem

IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

MCI – Manual de Controlo Interno

NA – Não se aplica

PGRCIC – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

SAS – Serviços de Acção Social

---

## 1. INTRODUÇÃO

A corrupção é considerada um dos fenómenos mundiais mais preocupantes que, em especial, assola entidades do sector público, inclusivamente no sector do Ensino Superior. Face às suas consequências nefastas, têm sido encetados inúmeros esforços, a nível nacional e internacional, para reduzir e controlar este fenómeno, nomeadamente através da implementação de medidas anticorrupção.

Com o intuito de acompanhar esta luta contra a corrupção, em Portugal foi criado em 2008 o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Por recomendação deste órgão (Recomendação n.º 1/2009), todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos deveriam elaborar, até 31 de dezembro de 2009, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC), enquanto instrumento de promoção da transparência e prevenção dos riscos de corrupção. Para garantir a implementação destes planos e promover a sua eficácia, o CPC previu igualmente a sua monitorização. Assim, as entidades visadas, para além dos seus PGRIC teriam de criar condições de execução e acompanhamento desses planos.

Os PGRIC constituem instrumentos de gestão que permitem expor e refletir sobre os processos organizacionais, repensar as práticas e rotinas, promover a transparência e, assim, prevenir e reduzir os riscos de corrupção.

Dando cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 do CPC, e empenhado na luta contra a corrupção e na promoção de boas práticas de gestão dos processos e dos recursos públicos, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) aprovou o seu PGRIC a 30 dezembro de 2009, revisto e atualizado em 2020.

Em fevereiro de 2010, o IPCA criou uma Comissão de Prevenção da Corrupção (CPCIPCA), incumbida de efetuar a monitorização do PGRIC e apoiar o reforço da transparência nas áreas mais sensíveis em termos de corrupção. Anualmente, a CPCIPCA elabora um relatório da monitorização, onde se registam as atividades desenvolvidas pela Comissão e o cumprimento das medidas previstas no PGRIC do IPCA.

O presente relatório, relativo ao ano 2020, evidencia o grau de execução do PGRIC do IPCA, considerando, para além das medidas transversais, sete áreas, nomeadamente, Recursos Humanos, Financeira, Contratação pública, Atividades académicas, Apoio Social, Sistemas de informação e Propriedade intelectual e patentes. Para tal, serão analisados, individualmente, os procedimentos associados a cada risco. Esta análise permitirá aferir os riscos que foram mitigados com o PGRIC do IPCA, bem como aqueles que ainda estão ativos, necessitando da execução dos procedimentos definidos no PGRIC do IPCA. Face ao exposto, este documento reveste elevada importância para a gestão dos riscos e para a integridade e transparência do IPCA.

---

## 2. EQUIPA RESPONSÁVEL PELA MONITORIZAÇÃO DO PGRIC DO IPCA

Em cumprimento da alínea a) do ponto 3 do PGRIC do IPCA, de 31 de dezembro de 2009, foi constituída a CPCIPCA, por despacho do Sr. Presidente do IPCA (Despacho Interno (PR) n.º 3/2010, de 19 de fevereiro, o qual foi substituído pelo Despacho Interno (PR) n.º 39/2012, de 17 de abril e, posteriormente, pelo Despacho Interno (PR) n.º 11/2013, de 11 de fevereiro.) A atual composição da CPCIPCA resulta do Despacho Interno (PR) n.º 139/2017, de 6 de setembro.

Em 2020, a CPCIPCA contou com os seguintes elementos:

- Sandra Cunha (Presidente);
- Sara Serra;
- Paulo Teixeira;
- Fernanda Quintas;
- Susana Jorge.

A CPCIPCA está incumbida da coordenação, aplicação e fiscalização do PGRIC do IPCA, nomeadamente, da realização de reuniões de acompanhamento e da estruturação de relatórios anuais sobre o mesmo.

Cientes das suas atribuições, os membros do CPCIPCA têm reunido periodicamente desde a sua nomeação. Além disso, quer em cumprimento de pedidos da Presidência do IPCA, quer por iniciativa própria, a CPCIPCA desenvolveu, em 2020, as seguintes atividades:

- Realização de vários sorteios para constituições de júris de procedimentos concursais (pessoal não docente);
- Emissão de pareceres;
- Apresentação de recomendações para implementar medidas anticorrupção;
- Comemoração do Dia Internacional de Luta contra a Corrupção
- Análise do atual PGRIC e apresentação de sugestões de revisão e recomendação de reforço das medidas anticorrupção.

## 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PGRIC DO IPCA

A *checklist* apresentada na tabela n.º 1 mede o grau de execução do PGRIC do IPCA. Através das respostas obtidas, aquando a aplicação dos questionários, classificou-se cada medida em “sim” e “não”:

- **Sim** – significa que o procedimento foi executado;
- **Não** – significa que o procedimento não foi executado, mas existe recomendação para o executar .

Existe ainda uma coluna de “Observações”, que se destina ao registo de anotações relevantes.

Em 2020, registaram-se os seguintes resultados:

**Tabela n.º 1 – Execução do PGRIC do IPCA**

**1. Medidas Transversais**

Procedimentos a adotar	Objetivo a atingir	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
1. Constituição da CPCIPCA	Garantir o acompanhamento da problemática da prevenção da corrupção e infrações conexas no IPCA	X		
2. Envio de mensagens eletrónicas a todos os colaboradores do IPCA, informando da publicidade do pGRCIC na respetiva página virtual, bem como da “Carta Ética da Administração Pública”	Assegurar que a generalidade dos trabalhadores estão devidamente informados sobre o PGRIC	X		Mensagem Presidência 30 junho
3. Promoção de ações formativas de curta duração sobre a prevenção da corrupção	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores sobre a problemática da prevenção da corrupção		X	
4. Disponibilização de “Declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos”	Reduzir o risco da existência de situações de incompatibilidade e impedimentos por parte dos trabalhadores	X		DRH para concursos públicos
5. Atualização da página de Internet no portal do IPCA com informação atualizada sobre o PGRIC do IPCA	Melhorar a comunicação e a transparência	X		Mensagem Presidência 30 junho
6. Promoção de medidas para melhorar as competências dos trabalhadores do IPCA em temas que permitem minorar o risco de corrupção e das infrações conexas, nomeadamente ao nível do direito administrativo, contratação pública e regime da função pública	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores em temas relevantes para o exercício das funções	X		Plano de formação anual dos RH
7. Existência de processo organizado de controlo interno no IPCA	Assegurar a existência de condições necessárias para a implementação de práticas sistematizadas de auditoria e controlo interno	X		Manual de Controlo Interno
8. Promoção da elaboração de um Código de Conduta do IPCA	Orientar o comportamento dos trabalhadores	X		Despacho n.º 8643/2020
9. Promoção de auditorias externas periódica relativas à confiança e segurança dos sistemas informáticos do IPCA	Melhorar a fiabilidade e a confiança dos sistemas de informação do IPCA		X	Troca de equipamento, implicou apoio externo, mas não auditoria
10. Elaboração de relatório anual da monitorização do PGRIC	Assegurar o acompanhamento do PGRIC do IPCA	X		
11. Revisão periódica do plano PGRIC do IPCA	Garantir a necessária atualização ao PGRIC	X		Última revisão - 2020
12. Promoção do controlo e execução das medidas/procedimentos relativos à prevenção dos riscos de corrupção em cada área de atividade, conforme definido nos pontos 5 a 10	Assegurar o controlo e execução	X		

## 2. Procedimentos Específicos

### 2.1. Área: Recursos Humanos

#### 2.1.1. Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)

Processo 1	Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Conflito de Interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Favorecimento de candidato</li> <li>▪ Imparcialidade</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso	X		
	Promoção de ações de formação para júris para contratação de pessoal técnico e de gestão e pessoal docente		X	
	Sorteio de pelo menos dois membros do júri para concursos de pessoal técnico e de gestão	X		
	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		A DRH sempre que verifica algum incumprimento, comunica à Escola para retificação
	Declaração de inexistência de conflitos de interesses dos membros dos júris			Este procedimento está a ser implementado
	Criação de um Regulamento Interno para a contratação de Bolseiros de Investigação	X		
	Implementação de procedimento de verificação sistemática de processos de contratação de trabalhadores	X		Quando a DRH é responsável pelo lançamento do procedimento, colaborador da DRH que prepara procedimento é diferente daquele que verifica

#### 2.1.2. Recrutamento de docentes convidados

Processo 2	Recrutamento de docentes convidados	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Conflito de Interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Favorecimento de candidato</li> <li>▪ Imparcialidade</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		Idem quadro anterior
	Recurso obrigatório a uma base de recrutamento do IPCA nos termos do art. 8-A do ECPDESP			A responder pelas Escolas
	Verificação aleatória de procedimento de contratação de docentes convidados	X		Realizado pela responsável da DRH

### 2.1.3. Remunerações e abonos variáveis e eventuais

Processo 3	Processamento de remunerações e abonos variáveis e eventuais	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pagamentos Indevidos</li> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> </ul>	Segregação e rotatividade de funções		X	Não é possível, considerando o número de trabalhadores afetos à DRH
	Verificação periódica, por parte do GACI, do sistema de controlo interno existente		X	Não está implementado até à data este Gabinete
	Manter atualizados os procedimentos internos para o processamento de remunerações	X		

### 2.1.4. Assiduidade, justificação de faltas e férias

Processo 4	Assiduidade, justificação de faltas e férias	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento</li> <li>▪ Atribuição de créditos de horas não efetuadas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> </ul>	Revisão do Regulamento de horários do IPCA		X	A implementar em 2021
	Atualização do sistema de informação de controlo de assiduidade, pontualidade e férias	X		Em implementação - contratada nova ferramenta de controlo de assiduidade
	Integração dos Sistemas de registo de férias e de assiduidade, com o ERP dos RH		X	
	Segregação e rotatividade de funções	X		

### 2.1.5. Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público

Processo 5	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Deslocação em serviço Público sem prévia autorização</li> </ul>	Elaboração de manual de procedimentos de deslocações, ajudas de custo e transporte	X		
	Digitalização de processos de deslocação no âmbito dos sistemas de gestão documental	X		Criado fluxo no iportal específico para este tipo de procedimento
	Verificação periódica a promover no âmbito do sistema de controlo interno existente	X		Feito pela DAF e DRH, aquando da receção dos pedidos e respetivos pagamentos



## 2.2. Área Financeira

### 2.2.1. Registo de Património

Processo 6	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Peculato</li><li>▪ Peculato de uso</li></ul>	Descrição de procedimentos de registo do património	X		
	Auditoria interna aos procedimentos de registo de bens móveis e imóveis	X		ROC contratado
	Implementação de sistema de Inventariação do património com interligação ao ERP da área financeira	X		
	Verificação da correta inventariação e registo de imóveis adquiridos e ou construídos	X		
	Verificação da correta inventariação dos equipamentos fornecidos em empreitadas	X		
	Sistema controlo de alocação de equipamentos a trabalhadores	X		DSI

### 2.2.2. Etiquetagem, transferência, cedência e abates

Processo 7	Etiquetagem, transferência, cedência e abates	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Peculato</li><li>▪ Peculato de uso</li><li>▪ Abuso de poder</li></ul>	Reconciliação periódica de bens inventariados		X	
	Elaboração de manual de procedimentos de gestão de imobilizado		X	Segue procedimentos do MCI
	Segregação de funções		X	
	Verificação periódica a realizar no âmbito do sistema de controlo interno existente	X		
	Verificação física de bens no âmbito do processo de certificação das contas	X		

### 2.2.3. Vendas e prestação de serviços

Processo 8	Vendas e prestação de serviços	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Formação dos trabalhadores sobre os procedimentos relativos ao processamento de receita e despesa	X		
	Registo de bens para venda	X		
	Segregação de funções entre o processo de emissão de recibos, conferência dos valores recebidos e o lançamento de receita		X	
	Reconciliação bancária	X		
	Segregação e rotatividade de funções		X	

### 2.2.4. Registo de despesa e pagamento a fornecedores

Processo 9	Registo de despesa e pagamento a fornecedores	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Segregação de funções		X	
	Auditorias internas periódicas	X		
	Verificação anual de processos de despesa	X		
	Manutenção de manual de procedimentos atualizado		X	
	Rotação de trabalhadores		X	
	Reconciliações bancárias	X		
	Verificação aos procedimentos de conferência de fornecimento de bens e serviços	X		
	Utilização de serviços de fiscalização externa para acompanhamento da execução de contratos de empreitada com valores superiores a 150.000€	X		
Existência de fluxos atualizados no sistema de informação de gestão documental despesa	X			

## 2.3. Contratação pública

### 2.3.1. Aquisição de bens, serviços e empreitadas

Processo 10	Aquisição de bens, serviços e empreitadas	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação económica em negócio</li> <li>▪ Abuso de poder</li> </ul>	Segregação de funções nas diferentes fases do processo de contratação, nomeadamente, identificação de necessidades, execução do procedimento, autorização de despesa/adjudicação e verificação da execução do contrato	X		
	Auditorias sistemáticas a procedimentos de contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditorias a processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas no âmbito da contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI
	Para os procedimentos de aquisição entre 10.000€ e 20.000€ para aquisição de bens e serviços e entre 15.000€ e 30.000€ para empreitadas, como regra, a realização de convite a mais de uma entidade	X		
	Elaboração e divulgação de planeamento anual de procedimentos de contratação pública		X	Só estava pensada a sua implementação em 2021
	Aumentar a rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços	X		
	Sistema de alerta sobre os valores acumulados por fornecedor/prestador de serviço de acordo com o objeto de contrato	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para técnicos	X		
	Implementação de processos de avaliação do desempenho do fornecedor		X	Depende da operacionalização do GACI
	Quando há necessidade de realização de consulta preliminar ao mercado para a elaboração das peças de procedimento, deverão ser contactados mais do que um fornecedor. No caso de procedimento por consulta prévia, os fornecedores contactados deverão ser convidados a apresentar proposta	X		
	Criação de <i>dashboard</i> de análise de procedimentos de contratação pública com indicadores que permitam controlar aspetos relevantes (ex. verificação da diferença entre os valores orçamentados ou consultados e o preço base dos procedimentos; principais fornecedores convidados a apresentar propostas, entre outros)	X		
	Definição de atribuições, responsabilidades, sanções e penalidades aos intervenientes na contratação e gestão de contratos		X	Previsto para 2021
	Registo de ocorrências relativos à gestão de contratos	X		Não foram identificadas ocorrências em 2020

### 2.3.2. Intervenção de júris em processos de contratação pública

Processo 11	Intervenção de júris em processos de contratação pública	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação económica em negócio</li> </ul>	Rotatividade de elementos de júri	X		
	Integração nos júris de trabalhadores de diferentes serviços	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para trabalhadores que habitualmente integram júris	X		

### 2.3.3. Modificações objetivas ao contrato

Processo 12	Modificações objetivas ao contrato.	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação económica em negócio</li> </ul>	Segregação de funções entre quem propõe a alteração, quem analisa e quem aprova	X		
	Existência de parecer	X		
	Verificação do processo de contratação pública e da execução do contrato	X		

## 2.4. Atividades académicas

### 2.4.1. Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados

Processo 13	Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Segregação de funções entre quem processa os pedidos dos alunos e quem aprova	X		
	Rotação de trabalhadores entre funções dentro dos Serviços Académicos		X	
	Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos devidamente atualizado		X	
	Auditorias internas periódicas	X		
	Informatização dos requerimentos realizados pelos alunos	X		
	Criação de solução de arquivo digital para os processos de aluno	X		

#### 2.4.2. Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso

Processo 14	Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa e seria os candidatos	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

#### 2.4.3. Processos de creditação de formação

Processo 15	Processos de creditação de formação	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa os pedidos e decide sobre o processo de creditação	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

#### 2.4.4. Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas

Processo 16	Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Disponibilização de pautas com avaliações em área eletrônica reservada disponível a todos os alunos da turma	X		
	Lançamento de notas e assinatura de pautas realizado pela via digital	X		
	Auditorias internas periódicas	X		
	Existência de declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos	X		

## 2.4.5. Pagamento de propinas

Processo 17	Pagamento de propinas	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Segregação de funções entre quem recebe os valores/emite o recibo e quem regista a receita	X		
	Auditorias à arrecadação de receitas	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

## 2.5. Apoio Social

### 2.5.1. Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais

Processo 18	Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Segregação de funções: Quem efetua a reanálise de processos não é o mesmo trabalhador que analisa	X		
	Rotação anual de processos por trabalhador	X		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tráfico de Influências</li> </ul>	Auditoria interna: Verificação documental dos processos de atribuição de bolsas de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna à transmissão da informação da situação académica dos requerentes de bolsa de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna aos programas de bolsa de colaboradores e a auxílios de emergência		X	Depende da operacionalização do GACI
	Visitas domiciliárias		X	Não possível, por restrições no âmbito da pandemia covid-19

## 2.6. Sistemas de informação

### 2.6.1. Acesso e gestão de dados

Processo 19	Acesso e gestão de dados	Execução em 2020		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Abuso de Poder</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses	X		Exemplo: concursos, acesso dos bancos aos dados dos alunos
	Auditoria externa		X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Burla informática</li> </ul>	Descrição de procedimentos de segurança de dados		X	Realizado em 2018
	Segregação de permissões de acessos aos sistemas de informação	X		Prática corrente

	Formação para trabalhadores sobre segurança informática de informação	X		Formação em Cibersegurança para a DSI
--	---	---	--	---------------------------------------

## 2.7. Propriedade intelectual e patentes

### 2.7.1. Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo

Processo 20	Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Recebimento indevido de vantagem</li> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Violação de Segredo</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes		X	
	Descrição de procedimentos de licenciamento de tecnologia		X	Apenas regulamento Propriedade Intelectual. Falta publicação do regulamento de <i>Spin-Off</i>
	Auditoria interna		X	
	Divulgação juntos dos estudantes, docentes e investigadores do regulamento de propriedade intelectual do IPCA		X	Publicado e divulgado em janeiro de 2019
	Formação para os docentes e investigadores sobre o regulamento de propriedade intelectual do IPCA		X	
	Registo do relacionamento com entidades externas		X	
	Auditoria Externa		X	
	Salvaguarda incondicional do direito moral do inventor/criador	X		
	Centralização da valorização da transferência e negociação de direitos intelectuais propriedade do IPCA com entidades terceiras			X

### 2.7.2. Processo de transferência de tecnologia: aquisição

Processo 21	Processo de transferência de tecnologia: aquisição	Execução em 2020		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes		X	
	Auditoria interna		X	

## APRECIACÃO GLOBAL

Da *checklist* apresentada, onde constam os procedimentos a adotar, conforme definido no PGRCIC do IPCA, constam 115 procedimentos, dos quais 12 são referentes a medidas transversais e 103 referentes a medidas específicas definidas por áreas de intervenção.

Por motivos que a CPCIPCA considerou justificados, dos 115 procedimentos, foram excluídos 9 procedimentos. Assim, a presente análise incidiu sobre 106 procedimentos, relativamente aos quais se registou uma taxa de execução de cerca de 73%, correspondentes a 77 procedimentos.

Em termos globais, quase todas as áreas de intervenção registam elevadas taxas de execução dos procedimentos de prevenção do risco de corrupção. Contudo, as áreas de “Apoio Social” e “Propriedade Intelectual e Patentes” registam taxas de execução consideradas baixas, sendo estas as áreas que deverão merecer especial atenção em 2021.

A tabela n.º 2, que se segue, apresenta os dados de execução do PGRCIC agregados por área de intervenção. Para efeitos de determinação das taxas de execução, não foram consideradas medidas que, por motivos justificados, nomeadamente devido às restrições impostas pelo combate à pandemia Covid-19, não poderiam ser implementadas.

**Tabela n.º 2 – Taxas de execução do PGRCIC, por área de intervenção**

### 1. Medidas Transversais

<b>Medidas</b>	<b>2020</b>
N.º total	12
Consideradas	12
Executadas	10
<b>Taxa de execução</b>	<b>83%</b>

### 2. Recursos Humanos

<b>Medidas</b>	<b>2020</b>
N.º total	20
Consideradas	19
Executadas	15
<b>Taxa de execução</b>	<b>79%</b>

Nota: Exclusão no processo 3 da medida “verificação periódica a promover pelo GACI, no âmbito do sistema de controlo interno existente”, porque o GACI se encontra ainda em fase de implementação.

### 3. Área Financeira

<b>Medidas</b>	<b>2020</b>
N.º total	25
Consideradas	24
Executadas	17
<b>Taxa de execução</b>	<b>71%</b>

Nota: Exclusão no processo 7 da medida “elaboração do manual de procedimentos de gestão do imobilizado”, porque são adotadas as regras que constam do MCI.



#### 4. Contratação Pública

Medidas	2020
N.º total	19
Consideradas	16
Executadas	14
<b>Taxa de execução</b>	<b>88%</b>

Nota: Exclusão no processo 10 das medidas “Auditorias sistemáticas a procedimentos de contratação pública”, “Auditoria a processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas, no âmbito da contratação pública” e “Implementação de processos de avaliação do desempenho do fornecedor”, porque o GACI se encontra ainda em fase de implementação.

#### 5. Atividades Académicas

Medidas	2020
N.º total	17
Consideradas	17
Executadas	15
<b>Taxa de execução</b>	<b>88%</b>

#### 6. Apoio Social

Medidas	2020
N.º total	6
Consideradas	5
Executadas	2
<b>Taxa de execução</b>	<b>40%</b>

Nota: Exclusão no processo 18 da medida “visitas domiciliárias”, porque foram suspensas no âmbito das medidas de restrições decretadas para combate à pandemia covid-19

#### 7. Sistemas de Informação

Medidas	2020
N.º total	5
Consideradas	4
Executadas	3
<b>Taxa de execução</b>	<b>75%</b>

Nota: Exclusão no processo 19 da medida “descrição de procedimentos de segurança de dados”, porque esta tarefa foi realizada em 2018.

#### 8. Propriedade Intelectual e Patentes

Medidas	2020
N.º total	11
Consideradas	9
Executadas	1
<b>Taxa de execução</b>	<b>11%</b>

Exclusão no processo 20 da medida “descrição de procedimentos de licenciamento de tecnologia”, porque se encontra parcialmente executada, e a medida “divulgação junto dos estudantes, docentes e investigadores

---

do regulamento de propriedade intelectual do IPCA”, porque esta ação foi realizada em 2019 e o regulamento encontra-se disponível no site do IPCA.

#### **4. RECOMENDAÇÕES AO PGRCIC DO IPCA**

Da análise do PGRCIC do IPCA, e visando a promoção da transparência, a CPCIPCA recomenda o aumentar do grau de execução do PGRCIC, nomeadamente através da implementação das medidas de prevenção da corrupção que ainda não foram implementadas. Neste domínio, destacam-se as áreas “Apoio Social” e “Propriedade Intelectual e Patentes”. No entanto, também se deve dar atenção a outras medidas como a segregação de funções na área financeira, a atualização do MCI e a verificação da segurança das redes informáticas.

Além disso, no âmbito das medidas transversais, a CPCIPCA recomenda a promoção de ações de curta duração, ficando desde já ao dispor para colaborar nestas ações.

#### **5. CONCLUSÃO**

Com mais de 10 de existência no IPCA, sempre acompanhado das respetivas monitorizações, o PGRCIC tem-se revelado um importante instrumento de promoção da transparência. Este novo plano, que resultou de um processo de revisão efetuado em 2019, constitui uma mais-valia a vários níveis. É mais ajustado à atual realidade institucional e é mais completo em termos de prevenção da corrupção. Além disso, é de mais fácil leitura e acompanhamento.

A execução do PGRCIC, em 2020, primeiro ano de implementação do novo plano, é muito satisfatória, tendo registado uma taxa de execução de 77%, pese embora a existência de algumas áreas que precisem de mais atenção.

A CPCIPCA faz uma avaliação positiva da execução do PGRCIC em 2020.